

BOLETIM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA

Nº 01 | DATA: ABRIL DE 2026 | PRODUÇÃO: INTELIGÊNCIA SINDICAL

2026: POR ONDE PASSA A DISPUTA PELO FUTURO DO BRASIL

1. A crise brasileira desceu ao chão da vida social

Em 2026, o Brasil ainda não superou a crise iniciada na década anterior, precisamente desde o golpe de 2016. Desde então, a chamada Nova República Brasileira perdeu sua capacidade de mediar os conflitos políticos através de normas minimamente aceitas, e não surgiu, pelo menos por enquanto, um novo arranjo institucional capaz de estabilizar o sistema. É este o sentido preciso do termo **interregno** que o país atravessa: o regime anterior já não consegue coordenar a política, e um novo regime ainda não foi produzido. Tal cenário transforma a disputa política, ela assume contornos mais duros, nos quais a legitimidade das regras institucionais é posta em xeque de forma contínua, levando os atores políticos a agir em uma lógica cada vez mais defensiva e de soma zero.

Essa crise não se esgota nas instituições políticas, mas também na dinâmica da vida concreta das pessoas. A instabilidade é o “novo normal” do cotidiano, as proteções sociais e políticas públicas que criaram algum grau de estabilidade das demandas da maioria do povo, estão em esgotamento profundo, após décadas de hegemonia neoliberal.

A leitura da conjuntura, portanto, precisa partir desse deslocamento. O problema do período não é apenas o desgaste das instituições democráticas, é uma crise de regime que se materializou como **compressão da vida social**, e um dos terrenos dessa compressão é o mundo do trabalho.

2. Um ambiente internacional mais coercitivo aumenta o custo da dependência

Essa crise interna se desenvolve em um mundo mais duro. A hegemonia estadunidense não colapsou, mas perdeu capacidade de direção da ordem mundial e, por isso, recorre cada vez mais à coerção econômica, tecnológica, financeira e militar. A contradição principal no plano mundial passa a ser formulada como **imperialismo versus soberania nacional**.

Isso importa diretamente para o Brasil. Em uma ordem internacional mais agressiva, a dependência deixa de ser apenas uma condição estrutural de fundo e passa a aparecer de forma mais imediata: pressão sobre energia, cadeias produtivas, finanças, soberania digital, capacidade de investimento e autonomia estatal. O ambiente externo se torna menos permissivo para experiências nacionais que pretendam combinar desenvolvimento, direitos, proteção social e alguma margem de soberania. Países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, passam a viver sob custo mais alto para manter autonomia e sob maior pressão para aceitar inserções subordinadas.

Por isso, a crise brasileira não é uma crise doméstica. A fragilidade interna do país se desenvolve em uma conjuntura internacional que aprofunda vulnerabilidades e aperta margens de decisão. O resultado é que a crise política nacional se torna ainda mais sensível a preços, fluxos financeiros, disputas tecnológicas e pressões geopolíticas. Em outras palavras: a vida cotidiana no Brasil passa a ser afetada por mediações externas mais duras, ao mesmo tempo em que o país dispõe de menos coesão interna para responder a elas.

3. O trabalho voltou ao centro da política

É nesse ponto que o mundo do trabalho precisa ser recolocado no centro da análise. A crise brasileira atual não se explica adequadamente se for tratada apenas como crise institucional, eleitoral ou moral. Ela é também uma crise da forma social do trabalho.

Nas últimas décadas, a classe trabalhadora mudou profundamente. A informalidade deixou de ser margem residual, a terceirização fragmentou vínculos, a pejetização corroeu garantias, o trabalho por aplicativos se expandiu como forma estrutural de absorção de força de trabalho, e a gestão algorítmica consolidou novas modalidades de comando, vigilância e

punição. A chamada modernização do trabalho não significou ampliação substantiva de autonomia para quem trabalha. Em muitos casos, significou exatamente o contrário: deslocamento de custos, transferência de riscos, remuneração variável, intensificação da subordinação e enfraquecimento da proteção social.

Em 2025, o Brasil registrou saldo positivo de 1,279 milhão de empregos formais, e os vínculos celetistas chegaram a 48,47 milhões. Ainda assim, a rotatividade ajustada subiu de 32,79% em 2024 para 33,64% em 2025. Ao mesmo tempo, a informalidade permaneceu em torno de 38,1% no trimestre citado. Em 2024, o IBGE estimou quase 1,7 milhão de pessoas trabalhando por meio de plataformas digitais, com crescimento de 25,4% em relação a 2022; entre esses trabalhadores, a informalidade chegou a 71,1%, e 86,1% apareciam como “conta própria”, ainda que submetidos a mecanismos reais de controle.

Esses números são importantes, mas o essencial está no que eles exprimem. **A melhora de alguns indicadores agregados não elimina a experiência social dominante de instabilidade.** Pode haver crescimento do emprego formal e, ainda assim, predominar uma vida marcada por medo do desemprego, vínculos frágeis, renda oscilante, disponibilidade permanente e dificuldade de projetar o futuro. A insegurança deixa de ser episódio e se transforma em ambiente. O trabalho já não aparece apenas como base da reprodução; ele passa a produzir, continuamente, desgaste, exaustão e horizonte curto.

É por isso que o trabalho voltou ao centro da política. Não porque tenha sido recolocado no centro do debate por vontade de dirigentes, mas porque voltou a pesar de forma mais dura e mais visível sobre a vida de amplas majorias.

4. Jornada, tempo e adoecimento

A jornada é o ponto em que essa transformação aparece de modo mais claro. A força recente da **luta contra a escala 6x1** não decorre apenas de sua formulação política. Ela decorre do fato de que a jornada condensa uma experiência social ampla: tempo expropriado, cansaço crônico, dificuldade

de convivência, desgaste físico, sofrimento psíquico e percepção difusa de que a vida foi capturada por um trabalho que exige mais do que devolve.

A crise do trabalho é também uma crise do tempo. E, quando o tempo de vida se torna questão política, o trabalho deixa de ser apenas tema corporativo e se converte em problema público mais amplo.

O mesmo vale para o adoecimento. Em 2024, foram registrados 724.228 acidentes de trabalho no Brasil; 74,3% eram acidentes típicos e 24,6% acidentes de trajeto. Mais grave ainda é a subnotificação das doenças ocupacionais, que aparecem em apenas 1% dos registros. No plano psíquico, a Previdência Social concedeu 546.254 benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais em 2025, alta de 15,66% em relação a 2024. Some-se a isso o crescimento de 35% nas ações envolvendo assédio sexual de 2023 para 2024, e se tem um quadro em que sofrimento mental, violência organizacional e intensificação do trabalho deixaram de ser ocorrências laterais e passaram a compor a rotina da exploração contemporânea.

A precarização, portanto, não produz apenas renda rebaixada ou vínculo instável. Ela produz fadiga social. Produz ansiedade, depressão, exaustão e perda de horizonte. A crise do trabalho é também crise do corpo, da subjetividade e da capacidade de sustentar uma vida minimamente estável.

5. A superexploração é desigual

Essa crise não se distribui de maneira homogênea. Mulheres, especialmente mulheres negras, população negra, LGBTQIA+ e povos indígenas e originários são segmentos mais expostos aos piores salários, às jornadas mais extensas, à maior rotatividade e à maior violência institucional e territorial.

Isso significa que a precarização contemporânea do trabalho não é apenas econômica. Ela é também racializada, generificada e territorializada. A vida concreta não é comprimida da mesma forma para todos. A desigualdade estrutural continua definindo quem paga mais caro pelo presente.

Esse ponto é decisivo para a consistência teórica da análise. Não basta falar em “classe trabalhadora” em abstrato. A forma concreta da superexploração no Brasil só pode ser compreendida quando se observa a articulação entre exploração econômica, hierarquias raciais, opressões de gênero e vulnerabilidades territoriais. A reorganização regressiva do trabalho atua justamente por meio dessas mediações.

6. A extrema direita cresce nesse terreno

A extrema direita cresce porque consegue dar direção política reacionária a esse mal-estar. Sua força não reside apenas em redes digitais, lideranças agressivas ou guerra cultural. Ela reside também na capacidade de capturar medo, fadiga, desorganização social e insegurança material produzidos por esse mundo do trabalho mais duro.

Ela transforma angústia em ressentimento, precarização em moralismo, exaustão em ódio ao outro, insegurança em demanda de ordem e proteção em punitivismo. Em vez de enfrentar as estruturas que produzem sofrimento, reorganiza politicamente esse sofrimento contra o próprio povo trabalhador.

Esse é um dado central do período. A extrema direita compreendeu que a crise não pode ser disputada apenas no plano ideológico abstrato. Por isso, ela atua sobre os afetos produzidos pela precarização: medo, raiva, frustração, humilhação e sensação de abandono. Sua aderência social está ligada à capacidade de oferecer uma falsa solução autoritária para problemas reais.

7. O limite atual do campo democrático

O problema do campo democrático é que ele ainda responde de forma insuficiente a essa reorganização da vida social. Em muitos momentos, sua defesa da democracia aparece de forma excessivamente institucional, abstrata ou desvinculada da experiência cotidiana das maiorias. Mas, no atual período, democracia sem proteção social, sem defesa do público, sem resposta ao custo de vida, sem tempo de vida e sem trabalho digno se torna linguagem frágil.

A defesa das instituições continua sendo necessária. Mas já não é suficiente. Quando a crise se territorializa no cotidiano, a resposta também precisa ganhar densidade material.

É por isso que algumas pautas adquiriram centralidade nova. O fim da escala 6x1, a regulação do trabalho por aplicativos, a defesa da tarifa zero, a luta contra a mercantilização dos serviços públicos, a soberania energética e a soberania digital não são temas dispersos. Eles são diferentes expressões de uma mesma disputa sobre como se organiza a vida social. Em todos esses casos, a pergunta de fundo é semelhante: quem controla o tempo, os recursos, a infraestrutura, a renda e as condições da reprodução social? Quem protege e quem expõe? Quem organiza o cotidiano em função da vida e quem o organiza em função do mercado?

8. O que isso exige do movimento sindical

O desafio já não é apenas defender o sindicalismo existente. **É redefinir sua base material, seu método de organização e sua linguagem política.** Em 2024, o Brasil tinha 9,1 milhões de sindicalizados, equivalentes a 8,9% dos ocupados, bem abaixo dos 16,1% de 2012. Houve interrupção da queda e algum sinal de retomada, mas ainda em patamar baixo. O problema, portanto, não é simplesmente “recuperar filiados”; é reconstruir densidade social em um mundo do trabalho fragmentado.

Isso exige deslocar o centro da ação sindical para os setores superexplorados: terceirizados, informais, autônomos, plataformizados, trabalhadores sem direitos e experiências de economia popular. Exige também abandonar qualquer nostalgia de uma classe trabalhadora organizada exclusivamente a partir do local de trabalho tradicional. O novo ciclo pede presença territorial, núcleos de base fora da empresa clássica, organização de trabalhadores de plataformas, articulação com agenda urbana e de reprodução social, formação política e disputa de comunicação.

Nesse sentido, a qualificação do movimento sindical passa por quatro tarefas articuladas.

A primeira é **recentrar a agenda**. Jornada, 6x1, regulação do trabalho por aplicativos, saúde mental, salário, tarifa, serviços públicos e defesa do fundo

público precisam ser tratados como uma agenda integrada, não como campanhas soltas. O que as unifica é a defesa da vida de quem trabalha.

A segunda é **redefinir a base social prioritária**. O sindicalismo que pretende recuperar centralidade precisa organizar justamente quem o neoliberalismo tratou de fragmentar e expulsar das formas clássicas de proteção. Isso inclui assalariados precarizados, mas também cooperativas, agricultura familiar, economia solidária e circuitos populares de geração de renda.

A terceira é **reconstruir capacidade de mediação coletiva**. O aumento das greves no primeiro semestre de 2025, com 536 greves, alta de 16% em relação ao mesmo período de 2024, indica que a luta reaparece quando a sobrevivência é pressionada. Mas a recomposição da força coletiva depende de transformar defesa imediata em organização duradoura, conectando greve, assembleia e negociação a trabalho de base, formação e linguagem inteligível.

A quarta é **eleva o nível político e estratégico da ação sindical**. Isso significa recolocar a análise de conjuntura e o planejamento no centro da prática sindical e recusar tanto o economicismo estreito quanto a abstração institucionalista. O movimento sindical precisa voltar a ler o período, e não apenas reagir a danos.

Como quinta tarefa, impõe-se ao movimento sindical assumir, com clareza política e sem ambiguidade, a necessidade de atuar pela **reeleição de Lula em 2026** e pela **eleição de uma bancada ampliada de deputados e senadores progressistas**, compreendendo que a defesa dos interesses imediatos e estratégicos da classe trabalhadora passa também pela disputa do Estado e da correlação de forças institucional. Não se trata de substituir organização de base por calendário eleitoral, mas de reconhecer que, no atual interregno, a extrema direita e o bloco neoliberal-conservador seguem disputando o Planalto, o Congresso e especialmente o Senado como instrumentos para bloquear direitos, aprofundar a austeridade, atacar serviços públicos e reorganizar o Estado em sentido ainda mais regressivo. Por isso, a ação sindical deve combinar autonomia de classe, mobilização social e intervenção política consciente no processo eleitoral, contribuindo para derrotar o projeto autoritário, reduzir o poder de veto do centrão e criar

condições mais favoráveis para as lutas por jornada, salário, direitos, proteção social, soberania e fortalecimento do público.

9. Síntese

A crise brasileira de 2026 não se explica adequadamente se for tratada apenas como crise eleitoral, institucional ou moral. Ela é uma crise de período, um interregno, que reorganiza a vida social por meio da precarização do trabalho, da compressão do tempo, da insegurança material e da mercantilização da reprodução social. A política voltou ao cotidiano porque as grandes contradições do período desceram ao chão da vida comum.

Isso exige uma conclusão clara: **a defesa da democracia só ganhará consistência quando voltar a ser percebida como defesa do trabalho, do tempo de vida, da proteção social, dos serviços públicos e da capacidade coletiva de limitar a exploração.** Em outras palavras, a disputa sobre soberania, democracia e futuro passa hoje pela capacidade de responder à reorganização regressiva do mundo do trabalho.

Para o movimento sindical, isso significa uma tarefa superior de qualificação. Não basta resistir. É preciso reorganizar base social, atualizar forma de análise, reconstruir mediações coletivas e disputar o novo perfil da classe trabalhadora a partir do ponto em que ele realmente existe: nos territórios, nas redes, nas plataformas, na informalidade, na jornada extenuante, na luta pelo tempo e no sofrimento social transformado em matéria política.

Pedro H. Otoni ▪ Cientista político, advogado e consultor em planejamento, formação e processos participativos, com longa trajetória junto a movimentos sociais e sindicais.